

Do Senso Comum à Filosofia: Apontamentos sobre minha leitura de Gramsci

Ruth Gonçalves de Faria Lopes *

A trajetória que vai do senso comum à filosofia proposta por Gramsci pressupõe, como requisito fundamental, o entendimento de sua concepção de homem.

A questão “quem é o homem?” não tem uma resposta metafísica a partir da qual seria possível construir um modelo de natureza humana, genérica, a-histórica, uma natureza dada. Segundo Gramsci, a pergunta mais adequada é “o que o homem pode tornar-se?”. A resposta será sempre concreta, historicizada. Então o conceito de homem é um conceito histórico, concreto, singular e não uma abstração. O homem enquanto ser social, ser histórico, deve ser concebido como um processo de relações ativas nas quais a individualidade é apenas um elemento.

Três elementos compõem o conceito de homem: o indivíduo, os outros homens e a natureza. Estes elementos, entretanto, tem sua unidade dialética nas relações sociais concretas que o homem estabelece na produção de sua existência.

Se o homem é um processo histórico que define a partir do conjunto de relações sociais, “cada homem transforma a si mesmo e se modifica na medida que modifica todo o conjunto das relações do qual é o ponto central” (Gramsci, 1984, p.40); sua concepção de mundo se refere as relações sociais nas quais está envolvido e que podem ser vivenciadas com maior ou menor grau de participação ativa e consciência crítica. A tomada de consciência dessas relações sociais é o início de um processo de mudança. O ponto de partida desse processo é o senso comum e o ponto de chegada é a consciência crítica.

Sobre o Senso Comum

Gramsci, ao referir-se ao senso-comum, o faz, muitas vezes, associando-o a um conceito equivocado e contraditório. Refere-se à “Filosofia espontânea”, popular, peculiar a todos os homens, que está contida não só no senso comum, mas também na linguagem, no bom senso e na religião popular. Esta filosofia, situada ao nível do inconsciente, do pensamento desagregado e ocasional, é apenas uma concepção de mundo “imposta” mecanicamente ao homem pelo ambiente exterior, a qual ele aceita subalterna e passivamente e da qual partilha, no pensar e no agir acrítico, num determinado grupo social.

Esse homem é o homem-massa, aquele que, não possuindo consciência do significado da sua própria ação, não pode avaliar criticamente sua forma de participação no processo histórico. Sua concepção de mundo, subalterna e heterogênea, reflete, fundamentalmente, os padrões impostos pela classe dominante e influi diretamente sobre sua ação, impedindo-o de agir de modo crítico e coerente.

Entretanto, em sua ação, encontram-se implícitos elementos sociais que indicam sua percepção, ainda de modo difuso, de sua ligação com outros indivíduos que compartilham as mesmas experiências e que ocupam a mesma posição no conjunto das relações sociais. Esta percepção possibilita uma forma de resistência à absorção integral da concepção de mundo que a classe dominante procura impor às classes subalternas. Ela parece se fundamentar na existência do “núcleo sadio senso comum”, no qual reside a capacidade

de “superação das paixões bestiais e elementares por uma concepção da necessidade que fornece à própria ação numa direção consciente” (Gramsci, 1984, p.16). Seu desenvolvimento e sua transformação em algo unitário e coerente é que permite a ascensão do homem aos níveis mais elevados da cultura: o bom senso e a filosofia.

Sobre a Filosofia

A filosofia é a visão de mundo sistematizada, crítica, analítica. É, portanto, a superação da religião popular e do senso comum; a combinação de elementos filosóficos como a filosofia dos filósofos, concepções de grupos dirigentes, religiões das grandes massas que dão uma certa direção consciente à ação coletiva, tornando-se história concreta e integral.

Neste sentido, a filosofia supera a filosofia clássica alemã, seu sentido idealista e especulativo, assumindo uma dimensão criadora, de transformação da realidade pelos homens. É filosofia como “fato histórico”, como “história em ato”, a expressão de uma sociedade em uma determinada época, a filosofia da práxis.

O nexos central da filosofia da práxis é que dá significado à dimensão entre “história e anti-história”, indicando o ponto de passagem de toda a concepção do mundo à moral que lhe é adequada, de toda contemplação à ação, de toda filosofia à ação política que dela depende. Seu ponto de partida é “a fixação do momento catadrático”, “o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético, da passagem do momento puramente econômico ao momento ético-político, do objetivo e da necessidade à liberdade”. (Gramsci, 1984, p.53)

A ascensão do homem do senso comum aos níveis mais elaborados da cultura, bom senso (concepção de mundo crítica e coerente) e filosofia (estágio mais elaborado de concepção do mundo), resulta de um trabalho educativo de dimensão política junto às classes subalternas. É a filosofia em seu caráter organizativo que, possuindo maior grau de coerência, transforma-se na referência da própria ideologia orgânica e se estrutura a partir do contato entre os intelectuais (orgânicos) e as massas, que devem ser conduzidas a uma concepção de mundo superior.

A relação entre intelectuais orgânicos e as

massas é uma relação social ativa de modificação do ambiente cultural, de organização de uma cultura que se fundamenta em um novo bloco intelectual e moral, de organização de uma classe para a conquista da consciência de classe e a consequente capacidade de organizar-se politicamente e de construir sua própria história.

O homem, numa dimensão consciente, conhece a si mesmo e identifica a importância de seus atos nos rumos do processo histórico da sociedade à qual pertence, sendo, por isso, capaz de elaborar “a própria concepção de mundo de uma matéria crítica e coerente, tendo, portanto, condições de participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade” (Gramsci, 1984, p.12)

Sobre a passagem do Senso Comum à Filosofia

A relação com a história, tanto na teoria quanto na prática, aparece na reflexão de Gramsci como o sustentáculo objetivo para a construção da passagem do senso comum para uma concepção criticamente coerente do mundo. “No sentido mais imediato e determinado não podemos ser filósofos sem a consciência da nossa historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções” (Gramsci, 1984, p.13)

Gramsci se refere à realização de um inventário que nos revele nossa posição em determinado contexto histórico. “O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário”. (Gramsci, 1984, p.12)

Retomado as duas dimensões de homem referidas anteriormente, podemos perceber que no conceito de “homem-massa” está o embrião da transformação deste homem em um indivíduo cuja postura crítica e coerente possibilita a participação ativa no processo histórico.

Este processo de transição demanda uma prática ativa e organizada de criação da consciência coletiva, um trabalho sistemático do senso co-

num, de elaboração ideológica e política.

É no mundo do senso comum que se desenvolve qualquer prática pedagógica, seja ela voltada para a dominação ou para a transformação, através da vivência das relações pedagógicas implícitas na totalidade social.

Sendo relações pedagógicas o conjunto de relações inerentes à prática social, através das quais o homem apreende os valores, costumes morais, elementos da cultura e demais componentes da concepção de mundo dominante em determinada realidade, elas assumem um caráter sensivelmente político.

Neste âmbito, situa-se o trabalho educativo do intelectual na tarefa de elaborar o senso comum e elevar as classes subalternas ao nível da consciência crítica, constituindo uma classe capaz de instaurar uma nova hegemonia, um novo bloco histórico.

O intelectual orgânico, no interior da classe a que pertence, tem a função, a nível econômico, cultural, social, político e ideológico de organizador, dirigente e educador. Cabe-lhe suscitar entre os membros da classe a que está organicamente ligado uma tomada de consciência de sua comunidade de interesse e promover, no interior da classe, uma concepção de mundo homogênea e autônoma. O intelectual tem a tarefa de criar uma ideologia orgânica capaz de tornar a classe não só dominante, mas hegemônica.

É no terreno comum do senso comum que se alastra a consciência para a hegemonia. Nesse particular, concorre o papel da ideologia orgânica enquanto elemento de orientação da ação, de organização das massas, que permite a tomada de consciência de sua posição. Tal ideologia traduz uma concepção que se manifesta e tem que ser elaborada no mundo da filosofia, da ciência, do folclore, do senso comum. Contrapõem-se aqui o conceito de ideologia historicamente orgânica, necessária a uma determinada estrutura, à concepção de ideologia como aparência ou “falsa” consciência. Essa última, mesmo estando voltada para a prática da denominação e deturpação de realidade, não é totalmente inútil e exclusivamente alienante, já que, em virtude das contradições que abrigam em seu interior, se contrapõe à realidade da prática social, evidenciando aquilo que pretendem ocultar. As ideologias orgânicas exercem uma função organizadora da vontade coletiva,

aglutinando os homem-massa, antes dispersos e submetidos a uma posição social de subordinação.

As ideologias orgânicas atuam sobre a estrutura social, contribuindo para sua modificação e, na medida em que a estrutura se modifica e evolui também elas se transformam acompanhando dialeticamente o desenvolvimento histórico.

O processo de desenvolvimento está ligado a uma nova dialética intelectuais-massa; à unidade entre a teoria e a prática.

Nesse sentido, Gramsci destaca a importância do partido político na preparação de uma elite de dirigentes orgânicos e a capacidade de direção e, portanto, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que “elaborar, essencialmente, a ética e a política adequadas a ela, isto é, em que funcionam quase como “experimentadas” histórico de tais concepções”. (Gramsci, 1984, p.22)

O partido constitui-se no intelectual coletivo, no organismo educador por excelência, onde intelectuais e massa elaboram a hegemonia, dão coesão e consenso à classe e criam as condições concretas para a instauração de novo bloco histórico. É, portanto, o promotor e organizador de uma reforma intelectual e moral, visando, assim, as condições para um posterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular.

A reforma intelectual e moral vincula-se à reforma cultural, isto é, elevação civil dos estratos mais baixos da sociedade que se concretiza em um programa de reforma econômica. Implica, também, em consolidar as novas crenças que emergem no seio de sociedade em crise e fazê-las penetrar a estrutura da velha formação social e iniciar uma luta hegemônica, não só entre as crenças, mas entre as práticas sociais correspondentes a ela.

Portanto, a questão da renovação cultural impõe não só a luta por uma nova cultura, mas também por um novo modo de vida.

Nesse sentido, o processo de conscientização das classes subalternas torna-se a finalidade básica da reforma intelectual e moral, pois cultura, em seu sentido orgânico, significa crítica, e a crítica objetiva significa, precisamente, a conquista da consciência de classe, fator imprescindível à transformação da cultura subalterna em cultura hegemônica.

Ao tratar da educação das classes subalternas, através de seus próprios instrumentos educativos,

Gramsci traça duas linhas fundamentais para a ação pedagógica.

Em primeiro lugar, a necessidade de se repetir, através de meios e formas variadas que se adaptam às diferentes situações individuais, os elementos da ideologia orgânica e os conhecimentos científicos que fundamentam. “(...) a repetição é o meio mais didático, mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular”. (Gramsci, 1984, p.27).

Em segundo lugar, Gramsci destaca a necessidade de um trabalho incessante, que atinja as camadas populares cada vez mais vastas e que deva, necessariamente, realizar-se também com o objetivo de formar uma elite de intelectuais orgânicos que “surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se seus sustentáculos”. (Gramsci, 1984, p.27).

Sobre o Papel da Escola

As colocações feitas sobre o lugar e a função do intelectual como educador, organizador, dirigente, no interior da sociedade civil, na tarefa de elaborar o senso comum das massas, extraíndo-lhe o núcleo sadio e elevá-las à consciência crítica, à organização da consciência de classe, colocam a escola como uma instituição que tem um papel relevante na criação de condições necessárias, embora não suficientes, para consecução de um novo bloco histórico.

O campo escolar é o local da persuasão, da formação da consciência; um espaço de criação dos horizontes, da passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade; campo onde se elabora o senso comum, as concepções folclóricas das massas e se gera numa consciência crítica capaz de sedimentar a consciência de classe e uma visão de mundo de acordo com os interesses das classes subalternas; o espaço onde se forma o tipo de homem novo, necessário à luta hegemônica e ao convívio de uma sociedade auto-regulada.

* Ruth Gonçalves de Faria Lopes — Professora do Departamento de Planejamento e Administração — FE/UnB

Bibliografia

FRIGOTTO, G. “Notas sobre minha leitura da obra de Gramsci — Implicações para organização do trabalho escolar e a prática educativa”, São Paulo, 1980 (mimeografado).
GRAMSCI, **Introdução ao Estudo da Filosofia e do materia-**

lismo histórico In: Conceção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1.984, p. 9-89

GRAMSCI, Antônio. “A ciência e o princípio moderno”. In: **Obras Escolhidas.** São Paulo, Martins Fontes, 1978, p/ 147-225.

RUMMERT, S. M. **Os meios de comunicação de massa como aparelhos de hegemonia.** Rio de Janeiro, 1986. (Dissertação de mestrado).